

Uberização do trabalho: uma nova roupagem da exploração na crise

Daniel Guzzo Moratti¹

Otavio Luis Barbosa²

INTRODUÇÃO: Nas últimas décadas, iniciou-se um processo de intensificação da precarização e exploração das condições de trabalho no Brasil, haja vista a elevação dos índices de desemprego e de informalidade. Nesse processo, ganham espaço as ocupações através de plataformas de aplicativos. Essa forma de exploração ficou conhecida no debate bibliográfico crítico como “uberização do trabalho”, representando um novo tipo de gerenciamento do trabalho no contexto de acumulação flexível que configura o capitalismo contemporâneo e reforça a subsunção real do trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004).

DESENVOLVIMENTO: Na década de 1990, o Consenso de Washington representou uma série de políticas econômicas que possibilitaram a configuração do neoliberalismo no Brasil, intensificando e acelerando a mudança no padrão de acumulação do capital, por meio de diversas medidas, como privatização das estatais, a abertura comercial e financeira e a desregulamentação dos mercados, que teve continuidade nos governos posteriores com o tripé macroeconômico. Ademais, em função do padrão toyotista de produção, as empresas transnacionais, com objetivos de reduzir o custo da força de trabalho, trouxeram novas formas de organização social do trabalho, seguindo padrões de competitividade internacional (BATISTA, 2009; ABÍLIO, 2019).

Assim, nesse cenário desenha-se os elementos para a flexibilização e uberização. As plataformas de empresas-aplicativo se apresentam apenas como mediadoras entre oferta e demanda, mascarando a subordinação do trabalhador com o discurso de flexibilidade da jornada de trabalho, liberdade, ganhos fáceis e empreendedorismo (ABÍLIO, 2019). A literatura crítica permite identificar que os processos de trabalho assim gerenciados delegam ao sujeito a necessidade de arcar com os custos, riscos e precariedades da ocupação e a ausência de garantias trabalhistas. A falta de um vínculo empregatício também reforça ainda o discurso de autogerência.

Diante disso, os trabalhos nos aplicativos, liderados por motoristas e entregadores, têm se tornado comuns nas condições em que se encontra o mercado de trabalho brasileiro, e não como uma generosidade, característica que dá origem à economia do compartilhamento (SLEE, 2017). A recessão iniciada em 2015 levou muitos trabalhadores a perderem seus empregos e rendimentos, colocando-os em uma posição de fragilidade e potencializando sua inserção em uma forma precária para sua reprodução social (MANZANO; KREIN, 2020).

CONCLUSÕES: Embora recente, o debate crítico acerca da uberização aponta que esta é resultante de um processo histórico de transformações no mundo do trabalho, ganhando espaço no período de recessão e crise econômica, com um falso discurso de liberdade e autogerenciamento. Constitui-se, assim, em uma nova gestão da força de trabalho, que transfere ao sujeito toda a responsabilidade e os riscos da sua ocupação, já que o vê como empreendedor.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 41-51. Valparaíso, nov. 2019.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P. N. Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil. *FUNAG*, 2009.

MANZANO, M.; KREIN, A. *A pandemia e o trabalho de motoristas e entregadores por aplicativo no Brasil*. Campinas: Cesit/Unicamp, 2020.

SLEE, T. *Uberização: a nova onda do trabalho precarizado*. São Paulo: Elefante, 2017.

¹ Graduando em Ciências Econômicas pela UFES. E-mail: danielgmoratti@outlook.com

² Graduando em Ciências Econômicas pela UFES. E-mail: otaviolu59@gmail.com